



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RCD no HABEAS CORPUS Nº 637772 - AM (2020/0349528-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **ELISABETH VALEIKO DO CARMO RIBEIRO**
ADVOGADOS : **IGOR SANT'ANNA TAMASASKAS - SP173163**
 PIERPAOLO CRUZ BOTTINI - SP163657
 MARCIO MARTAGÃO GESTEIRA PALMA - DF021878
 JOAO ANTONIO SUCENA FONSECA - DF035302
 BRUNO LESCHER FACCIOLLA - SP422545
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

DESPACHO

O Ministério Público estadual (fls. 1.484-1.501) e Federal (fls. 1.532-1.549) requerem a reconsideração da decisão de fls. 1.470-1.473.

Argumentam a presença dos elementos que autorizam a excepcionalidade das medidas cautelares decretadas pelo Juízo de primeiro grau, em especial diante da gravidade dos crimes em tese praticados pela paciente, bem como da existência dos indícios de sua participação.

Entretanto, tendo sido a liminar já apreciada no plantão judiciário, não é possível, neste momento, analisar o pedido de reconsideração, que poderá ser apresentado ao ministro relator após o término do recesso forense, caso queiram os peticionários.

Nada há, por ora, a prover.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente